



Revista Gestão Universitária na América

Latina - GUAL

E-ISSN: 1983-4535

revistagual@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Brasil

Matys Cardenuto, Raquel; da Dilveira Trilha, Carla Cristina; Pacheco, Fernando; Muller de Oliveira, Manoela; Alves Maciel, Wagner

AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC) E NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)

Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 10, núm. 4, 2017, pp. 134-156

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319354295007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n4p134>

AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC) E NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)

THE EXTENSION ACTIVITIES AS A SOCIAL COMMITMENT: A CASE STUDY IN THE FEDERAL INSTITUTE OF SANTA CATARINA (IFSC) AND THE UNIVERSITY FOUNDATION OF SANTA CATARINA (UDESC)

Raquel Matys Cardenuto, Mestranda
Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
raquelcardenuto@gmail.com

Carla Cristina da Dilveira Trilha, Mestranda
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
carla.trilha@gmail.com

Fernando Pacheco, Mestrando
Faculdade Capivari - FUCAP
fernando@fucap.edu.br

Manoela Muller de Oliveira, Mestranda
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
manoela.oliveira@udesc.br

Wagner Alves Maciel, Mestrando
Faculdade Senac
wagner.macie@msn.com

Recebido em 25/novembro/2016
Aprovado em 16/outubro/2017

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Neste artigo buscou-se compreender a importância das atividades de extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES), realizada de forma articulada entre pesquisa e ensino, promovendo a interdisciplinaridade, como um dos meios para o alcance do compromisso social. Trata-se de um estudo de caso, onde por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) identificou-se as ações e projetos desenvolvidos nos anos de 2012 a 2015. Após análise dos dados, verificou-se que as duas instituições possuem políticas bem definidas, estando comprometidas com a extensão universitária, fomentando o desenvolvimento de seus projetos e ações por meio de editais, com alocação de recursos próprios e captação de recursos externos. Observou-se que o fortalecimento da cultura extensionista é um dos grandes desafios dos gestores de IES, sendo que a sensibilização e integração da comunidade acadêmica tornam-se fundamentais para que a extensão possa atender suas finalidades enquanto elo transformador entre a universidade e a sociedade.

Palavras-chave: Instituição de ensino superior. Extensão universitária. Compromisso social.

ABSTRACT

This article aims to understand the importance of extension activities in Higher Education Institutions (HEIs), carried out in an articulated way between research and teaching, promoting interdisciplinarity, as one of the means to achieve social commitment. It is a case study where, through a bibliographic and documentary research at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC) and at the State University of Santa Catarina Foundation (UDESC), the actions and projects developed during the 2012 to 2015 were identified. After analyzing the data, it was verified that the two institutions have well-defined policies, being committed to university extension, encouraging the development of their projects and actions through notices, with allocation of own resources and fundraising external. It was observed that the strengthening of the extensionist culture is one of the major challenges of HEI managers, and the sensitization and integration of the academic community becomes fundamental so that the extension can serve its purposes as a transforming link between the university and society.

Keywords: Institution of Higher Education. University Extension. Social Commitment.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda sobre a extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) como um dos meios para alcance das suas finalidades relacionadas ao compromisso social. Ao analisarmos os significados estritos da palavra extensão, nos deparamos com a pobreza e limitações que o conceito nos traz. Quando pensamos em extensão relacionada as IES, logo nos vem à mente as atividades e programas extencionistas que são oferecidos à sociedade, muitas vezes como forma de assistencialismo. Mas a extensão universitária é formadora de profissionais-cidadãos, permitindo uma atividade cada vez mais perto da sociedade, privilegiando a produção do conhecimento na superação das desigualdades sociais existentes. Essa prática acadêmica consolida uma atividade de ensino e de pesquisa juntamente com as demandas da sociedade, integrando ainda mais a ciência ao homem. Para melhor compreensão, neste trabalho foi feito um estudo bibliográfico de concepções relacionadas ao tema abordado e análise das atividades de extensão de duas IES públicas e gratuitas do Estado de Santa Catarina: o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Procurou-se compreender os conceitos de extensão e compromisso social, a partir da visão de alguns autores e da análise dos projetos e ações de extensão realizados no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com base nos dados disponibilizados, no período entre 2012 e 2015.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UNIVERSIDADE

Retroagindo na história das universidades, é visto que desde a criação das primeiras universidades, nos séculos XII e XIII, na Idade Média, como a Universidade de Bolonha, criada em 1190, a Universidade de Oxford, fundada em 1214, e a Universidade de Paris, criada em 1215, o conceito de universidade se traduz como uma pluralidade do conhecimento articulados por meio de práticas inter e transdisciplinares. Desde os seus primórdios, a universidade, enquanto instituição, vem buscando conquistar a sua autonomia acadêmica, didática, administrativa e de gestão frente ao Estado e à Igreja (PAULA, 2014).

Em 1909, com o movimento dos seringueiros, surge no Brasil a primeira universidade, denominada Universidade de Manaus, mais tarde em 1920, constitui-se a Universidade do Rio

de Janeiro e em 1934 surge a Universidade de São Paulo – USP, hoje uma das universidades mais conceituadas do País.

Em 1935, Anísio Teixeira em seu discurso de inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal ressalta a importância de suas atividades:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. (TEIXEIRA, 1998, p. 35)

O autor chama a atenção para a importância das universidades brasileiras, no que se trata da investigação e da produção do conhecimento, cabendo à educação superior brasileira a busca pelas soluções dos problemas da sociedade. Para muitos que não sabem o que realmente significa uma universidade, imaginam e até conceituam que ela se resume em apenas um estabelecimento que oferece cursos de graduação. Quando se fala em muitas pessoas, refere-se inclusive a pessoas que trabalham na universidade (ALMEIDA FILHO, 2007). Por isso a importância dessa abordagem, que qualificará a universidade como algo complexo e grandioso, que nasce da sociedade e deve produzir e aprender com e para a sociedade, por meio da pesquisa, ensino e extensão.

A indissociabilidade do tripé da universidade brasileira - Ensino, Pesquisa e Extensão, surge na Constituição Federal de 1988: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Como se pode observar, a Constituição se preocupou em definir a autonomia universitária em suas atividades-fim (didático-científica) e em suas atividades-meio (administrativa e financeira). Dentro de suas atividades-fim, a não separação das atividades ensino, pesquisa e extensão.

Na década de 90, houve uma ruptura com relação à Educação Superior no Brasil, em virtude de posicionamento da Organização Mundial do Comércio – OMC e do Banco Mundial, onde analisaram que o custo da educação superior pública no Brasil era muito alta e não apresentava os resultados suficientes para cobrir o investimento no qual era realizado. Nesse contexto, houve o surgimento da educação superior privada, com a transformação da educação, que até então era considerado um bem público, em serviços, fazendo com que as instituições de ensino superior público entrassem numa crise hegemônica, institucional e de legalidade.

Nos últimos anos, as IES têm enfrentado grandes dificuldades, vivendo um verdadeiro ciclo de resistência, devido ao aumento das crises instauradas dentro das instituições e pela falta de financiamento para a manutenção e investimentos. A gestão passa assim a ser um fator primordial para a prosperidade da educação superior. A moderna “Multiversidade” ao invés de Universidade, como sistemas complexos, acarreta dúvidas a qual modelo de gestão adotar. O desafio que se coloca neste contexto é o gerenciamento da instituição educacional com a preservação da liberdade acadêmica, contemplando com eficácia todas ações que compõe o tripé da universidade - ensino, pesquisa e extensão (KERR, 2005, p. 36).

2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Nas práticas extencionistas, há uma comunicação muito forte entre a sociedade e a universidade, por meio de um aprendizado mútuo, com elos muito próximos, mas ao mesmo tempo, com liberdade de ambas as partes, onde mediante o diálogo se constrói o conhecimento capaz de transformar a realidade na qual estão inseridos.

Dentro da universidade, que é concebida como uma instituição geradora de conhecimento, deve haver a presença curiosa do sujeito em face do mundo, demandando a busca constante para a obtenção da verdadeira ação transformadora sobre a realidade. (FREIRE, 2002). Nesse contexto, a extensão universitária é um canal de relacionamento e troca de experiências entre universidade e sociedade, sendo que dessa relação acontecem benefícios às duas partes: a universidade proporciona um saber diferenciado, colocando em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula, e a sociedade ganha nas melhorias e contribuições aos cidadãos. Trata-se do relacionamento entre a teoria e a prática, ou seja, faz com que o conhecimento ultrapasse as salas de aula, indo além, permitindo o aprendizado também pela aplicação e prática, sendo uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. A extensão é uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2000 – 2001), o conceito básico de extensão é:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Sabemos que há uma indissociabilidade no tripé ensino, pesquisa e extensão e cabe à própria universidade encontrar formas de envolvimento e integração da comunidade dentro e fora da instituição. Para tanto, existem os projetos extensionistas que ampliam os conhecimentos, relacionam a teoria com uma prática educativa mais dinâmica e, consequentemente, leva aos acadêmicos a vivência e a procura de soluções aos reais problemas da sociedade. O aluno tem papel fundamental no enriquecimento do próprio conhecimento, tornar-se um ser mais crítico, com capacidade de organizar as ideias e torná-las concretas, a partir de novas concepções, novos costumes ou novos padrões comportamentais. Além disso, as práticas extensionistas permitem aos alunos o desenvolvimento da personalidade e de qualidades como cooperação, colaboração e ampliação da socialização.

Com a implantação dos projetos de extensão, as IES, na sua interação com a comunidade, participam e vivenciam seus problemas mais contundentes, buscando a superação das contradições da realidade sócio-política e econômica. As instituições passam a ser um lugar em que as pessoas se tornam mais esclarecidas sobre o seu real papel na sociedade, a partir da troca de experiências vividas e por meio das aprendizagens multidisciplinares. O trabalho extensionista tem como foco o fortalecimento dos setores menos privilegiados, por meio do compromisso social, buscando o progresso da sociedade como um todo.

De acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) as atividades extensionistas são divididas e concebidas em:

Programa: é o conjunto de ações e/ou projetos de caráter orgânico institucional, com clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum.

Projeto: é o conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, desenvolvidas em um período limitado de tempo. Os projetos podem ser realizados isoladamente ou estar vinculados a programa de extensão.

Ação: é a menor unidade de classificação da extensão e pode ser realizada isoladamente ou estar vinculada a projeto ou programa de extensão. (UFRGS, 2015, p.05)

Ainda no sentido de melhor entender e visualizar na prática as atividades de extensão nas IES, a Rede Nacional de Extensão (RENEX) faz a estruturação das mesmas em áreas

temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Tecnologia e Produção (RENEX, 2016).

Seja por meio de programas, projetos ou até mesmo ações nas diversas áreas temáticas, na visão de Almeida Filho (2007) as instituições de ensino superior estão deixando o campo da extensão em segundo plano. Como o universo da pesquisa tem mais influência para atrair financiamentos, faz com que este seja a preferência. Isso porque com a crise das universidades na década de 90, houve uma redução no financiamento do ensino superior, fazendo com que os investimentos em extensão fossem ainda menores, contrariando os princípios constitucionais da própria universidade, que deveria promover uma melhor participação da sociedade. Também de acordo com Almeida Filho (2007) a universidade deve ter uma visão clara do que é sociedade na qual, da qual e para qual ela vive. Nesse sentido, a valorização da extensão é de fundamental importância, pois a apropriação social do conhecimento, sua conversão em ação, é tão importante quanto sua geração inicial.

2.3 COMPROMISSO SOCIAL

A expressão compromisso social recebeu vários conceitos no decorrer do tempo e promoveu consequências negativas devido a essa pluralidade, com distorções voluntárias e manipulações de sua essência por parte de grupos de interesse. Outra problemática que surgiu, a partir dessa amplitude de conceitos, foi a busca pela resposta com relação a quem exatamente as organizações possuem compromissos sociais. A sociedade, de maneira geral, é formada de grupos e cada um possui um interesse distinto e, por vezes, conflitantes aos outros. Dessa forma, questionam-se as maneiras como as organizações podem atender os interesses públicos sem perder a sua identidade econômica. Todos esses aspectos são levantados quando procura-se entender as organizações como socialmente responsáveis. (VIEIRA, 2007).

A incorporação do compromisso social nas organizações surgiu como resposta as inúmeras pressões de movimentos sociais, principalmente, no início, com os ambientalistas que lutavam contra os impactos negativos das empresas no meio ambiente, na saúde dos trabalhadores e da população que morava no entorno. Em seguida, surgiram as pressões acerca das responsabilidades para com o desenvolvimento social do País e região de atuação, utilizando o argumento de que o Estado, ou melhor dizendo, os governos, não estavam promovendo de maneira efetiva as estruturas operacionais das organizações e

consequentemente, respondendo e agindo de forma eficaz em relação a toda demanda de problemas sociais geradas pelo modelo econômico vigente. (GOHN, 2011).

Na atualidade, o compromisso social tem ganhado amplo destaque e muitos adeptos, entre eles, empresas, governos, ONGs entre outros. Isso decorre do fato da responsabilidade social ser compreendida como um meio para melhorar os problemas sociais tão frequentes na comunidade, decorrentes do abandono por parte da sociedade de forma geral do comprometimento com o bem-estar social. Muito se discute a respeito do papel das empresas nesse cenário de falta de valores humanitários, da ética e responsabilidade com o próximo. A responsabilidade social está presente, ou deveria estar, em todas as organizações preocupadas com o seu crescimento e com a criação de soluções para os problemas da sociedade. (BANDOS; REIS, 2012, p.425).

A partir das afirmações dos autores acima, é possível fazer também uma reflexão sobre o ato do comprometimento. Freire (1979), discute em uma de suas obras a ação de comprometer-se. Segundo ele, um ato comprometido é um ato capaz de promover reflexões, promove a humanização do homem e implica em responsabilidades históricas. O ato de comprometer-se é consciente, não podendo ser neutro: a neutralidade seria o medo de revelar o compromisso.

Percebe-se que o compromisso social está gerando um grande impacto no modo como as organizações estão relacionando-se com seus grupos de interesse. Diferente do que acontecia, as organizações passaram a observar que combater as desigualdades sociais somente com filantropia ou doações em dinheiro não era suficiente, passaram a perceber a necessidade de lutar com problemas sociais de maneira gerenciada e com expectativas a longo prazo, evitando medidas paliativas. Essas ações passaram a garantir mudanças significativas no quadro social e ao mesmo tempo contribuir com a própria sobrevivência da organização no mercado, uma vez esta não depende apenas dos meros consumidores, mas sim por cidadãos cada vez mais informados, mais críticos, exigentes dos seus direitos e esperam que as empresas assumam responsabilidades sociais para com as sociedades que convivem. (MACEDO; AVERSA, 2002).

A universidade tem grande relevância para o desenvolvimento da sociedade, embora essa conexão entre ciência e desenvolvimento não seja fácil e seja, muitas vezes, mal-entendida em contextos como os nossos, de grave atraso cultural e verbas reduzidas. Nesse ambiente, a universidade, em razão do grande volume de recursos que consome e dos temas teóricos, sem aplicação prática imediata de que se ocupa, pode ser, facilmente, estigmatizada como uma instituição de luxo que só beneficia as camadas mais elevadas da sociedade. Muitas vezes, tenta-se superar essa dificuldade buscando estabelecer uma relação direta entre

as atividades acadêmicas e a sociedade, incorrendo assim, na ambivalência de operacionalizar uma instituição que, por natureza, deve preservar-se autônoma e crítica. (INEP, 2005).

O entendimento que se tem sobre o compromisso social na universidade é que na verdade sua essência é a responsabilidade. Todavia, conforme Sousa (1998), “a forma de assumir esse compromisso e o produto que pode gerar, ainda carece de desenhos mais nítidos”.

Ainda segundo a autora,

A prestação de serviços tem sido uma das formas encontradas, historicamente, pelas Instituições de Ensino Superior para responder a esse compromisso. Trata-se de uma estratégia que deve ser rediscutida para perder seu caráter assistencialista e imediatista. Em muitos casos ela tem sido desenvolvida à revelia da própria comunidade assistida, demonstrando pedantismo de uma academia que ainda se julga detentora de saberes superiores àqueles produzidos fora dela. Talvez, a possibilidade de desenvolvimento de ações em parceria entre universidade e sociedade possa trazer luz sobre essa dificuldade. (SOUZA, 1998, p.25)

No caso das IES, compromisso social não significa que ela deva estar sempre a serviço dos interesses e exigências socioeconômicos do sistema vigente, mas significa, também, o exercício da crítica, da oposição e da resistência. Compromisso social não pode ser interpretado somente sob o aspecto operacional sistêmico, mas deve ter em vista, também, o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão. (ALMEIDA, 2013).

2.4 INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que oferta cursos de educação profissional e tecnológica em diversas áreas e diversos níveis e modalidades de ensino, assim como realiza pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os arranjos produtivos locais. Possui uma Reitoria e 22 (vinte e dois) campi espalhados por todo o Estado.

A história da instituição começa em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina e a instauração de uma rede de 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices em todo o país, por meio do Decreto nº 7.566/1909. Desde o começo, a atuação já se voltava para atender as demandas do setor produtivo e da comunidade. A nomenclatura da instituição foi alterada por diversas vezes, assim como os ofertas de cursos.

A partir de 1968 tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina onde o objetivo passou a ser a oferta de cursos técnicos de segundo grau. Em função de uma lei federal que transformou todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC, oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação lato sensu (especialização).

Em 2005, teve início em todo o país um processo de interiorização e de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica, com a Lei nº 11.195. Em março de 2008 ocorreu transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado em 29 de dezembro de 2008. No ano de 2010, o IFSC começa a sua atuação no Estado com mais 7 (sete) campi. Em 2011, começaram as atividades em mais 4 (quatro) e com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção de mais um campus.

O IFSC atualmente possui cerca de 2.500 servidores e 30 mil alunos. Sua estrutura administrativa possui cinco Pró-Reitorias, e uma delas é a de Extensão e Relações Externas. Numa instituição como esta e baseado nos preceitos ditados pela Lei nº 11.892 de criação dos Institutos Federais, a extensão constitui-se como um importante viés, tanto para a formação dos alunos como para o atendimento imediato das necessidades mais emergenciais do país. Ela é fundamental para diminuir o grave problema do Brasil que são as desigualdades sociais. Acredita-se que o desenvolvimento dos servidores, alunos e dos processos institucionais tomam um patamar de qualidade mais avançado por intermédio das atividades de extensão (IFSC, 2012).

2.5 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)

Inicialmente denominada Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, a UDESC foi criada em 20 de maio de 1965, pelo Decreto Estadual n.º 2.802/1985. Concebida como uma instituição vocacionada à preparação dos recursos humanos, com o objetivo de suprir as demandas necessárias ao desenvolvimento integral e integrado do Estado de Santa Catarina, foi reconhecida oficialmente como universidade em 1985, junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) por meio da Portaria Ministerial nº 893, de 11 de novembro de 1985.

A partir de 1990, com a Lei n.º 8.092 de 1º de outubro, foi transformada em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), fundação pública mantida pelo Estado, vinculada à Secretaria de Educação, com patrimônio e receita próprios, autonomia didático-científica, administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar, observada, no que for aplicável, a organização sistêmica estadual.

Com mais de 15 mil alunos, 55 cursos de graduação e 41 de pós-graduação (mestrados e doutorados), a UDESC mantém, atualmente, sua sede administrativa na capital Florianópolis, dispondo de uma gestão descentralizada, em seis campi, doze centros de ensino em dez cidades catarinenses (Balneário Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna, Palmitos, Pinhalzinho e São Bento do Sul), e 28 (vinte e oito) polos de ensino a distância (UDESC, 2016), com 1.952 servidores, sendo 837 professores universitários efetivos, 336 professores substitutos, e 771 técnicos universitários e 8 são advogados fundacionais (UDESC, 2015).

A UDESC concebe a extensão universitária como um processo cultural, artístico e científico, o qual promove, mediante a prática do ensino e da pesquisa, o envolvimento da universidade com a sociedade, produzindo e socializando o conhecimento pela inserção na realidade (UDESC, 2010).

Conforme descrito no planejamento estratégico da UDESC, o Plano 20: 2010-2030, a sua política institucional de extensão baseia-se em quatro diretrizes: promover a interação universidade/comunidade; oportunizar a integração da produção do conhecimento com a transferência dos resultados à comunidade interna e externa; promover a integração das áreas temáticas indicadas pelo Plano Nacional de Extensão; e apoiar as ações acadêmicas da Universidade voltadas para a autonomia das comunidades e o desenvolvimento sustentável (UDESC, 2010). Neste contexto, a UDESC entende a extensão universitária como uma relação dinâmica e recíproca entre universidade e comunidade. A Resolução n.º 007/2011 do Conselho Universitário dispõe sobre a Política de Extensão da UDESC.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos envolvidos, tomou-se por base a classificação da autora VERGARA (2009), que caracteriza a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, proporcionando uma visão geral de um determinado fato. Para TRIVIÑOS (1987), os estudos

exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno do assunto/tema. A pesquisa caracteriza-se também como descritiva, pois visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo, no caso, as atividades de extensão do IFSC e da UDESC entre 2012 a 2015. E quanto aos meios de investigação, a pesquisa é documental e bibliográfica. Segundo TRIVIÑOS (1987) a pesquisa documental fornece a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre o tema. As informações foram extraídas da análise dos documentos e relatórios da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas do IFSC e da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade da UDESC. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros, artigos e trabalhos acadêmicos publicados na área. Para MARCONI (2010), a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas, propicia o exame de um tema sob nove enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Trata-se de um estudo de casos do IFSC e da UDESC. Para VERGARA (2009) o estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades, e tem caráter de profundidade e detalhamento, mas, não amplo, por meio do qual se procura conhecer profundamente apenas um ou poucos elementos da população sobre um grande número de aspectos e suas inter-relações.

Quanto a natureza das variáveis, a pesquisa é predominantemente qualitativa, com a aquisição dos dados sobre a realidade, com base no referencial bibliográfico da literatura para a composição da fundamentação teórica e o confronto com a realidade. A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas e com isso ser capaz de oferecer contribuições para o processo de mudança (VERGARA, 2009).

4 RESULTADOS

Foram realizados os levantamentos das atividades de extensão, dos anos de 2012 à 2015 do IFSC e da UDESC. Os resultados encontrados estão demonstrados a seguir, com base no quantitativo das ações e projetos desenvolvidos e demais informações relacionadas à extensão no período analisado.

4.1 AÇÕES DE EXTENSÃO DO IFSC

As atividades de extensão têm se fortalecido na instituição nos últimos anos. Isso é fruto não só da expansão e interiorização dos campus que ocorreu pelo Estado, mas também da importância que a comunidade acadêmica tem dado à extensão. Além disso, os gestores procuram esclarecer e definir o que realmente sejam as atividades de extensão, e assim, tem-se aumentado o registro delas nos últimos relatórios.

Nos relatórios de gestão da Pró-Reitoria de Extensão dos últimos anos, é possível acompanhar a evolução das ações e projetos de extensão realizados por todos os campus do Estado, no quadro a seguir:

Quadro 1 Quantitativo de Ações e Projetos de Extensão do IFSC entre 2012 e 2015

Atividades de Extensão	2012	2013	2014	2015
Ação	84	275	860	501
Projeto	153	259	382	360
TOTAL	237	534	1.242	861

Fonte: Elaborado pelos autores com base em nos Relatórios de Atividades de Extensão (IFSC, 2012-2015).

O IFSC apoia o desenvolvimento de atividades de extensão e isso pode ser comprovado pelos vários Projetos que desenvolve. Um dos seus principais programas é o Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão (APROEX), que financia atividades de extensão, mediante concessão de bolsas aos projetos que contribuem para o acesso ao saber e a diminuição das desigualdades sociais, bem como ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais e a consolidação da Extensão como atividade institucional. Os objetivos são fomentar as atividades de extensão no IFSC, articuladas com o ensino e a pesquisa, oportunizando a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento de projetos de extensão; consolidar e institucionalizar as atividades de Extensão no âmbito dos Campus do IFSC; contribuir para a formação profissional, cidadã e crítica dos alunos; estimular a produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais, artísticos e desportivos; estimular o desenvolvimento de atividades de extensão que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); fortalecer a imagem institucional do IFSC perante a sociedade e contribuir com o desenvolvimento regional de Santa Catarina. São considerados os projetos que tenham vínculo direto com a comunidade externa e que sejam desenvolvidos com participação de alunos IFSC nas áreas

temáticas estabelecidas pela Política Nacional de Extensão: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção e Trabalho.

O Programa Mulheres SIM, de cunho social, com recorte de gênero, visa abordar a transversalidade de gênero nas políticas sociais públicas, no sentido de promover iniciativas de inclusão educacional, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a autonomia, o combate à violência, a consolidação da cidadania feminina e o desenvolvimento sustentável, articulado com as políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança. O público alvo são mulheres e meninas maiores de 15 anos em situação de vulnerabilidade social e prioritariamente sem escolaridade. O Programa está em sua terceira edição em 2016 e é composto por 4 projetos, que são eles:

- a) Cursos de Formação Inicial e Continuada de Educação e Gênero que busca oportunizar as mulheres tradicionalmente afastadas da escola e em situação de vulnerabilidade social, um espaço acolhedor e de educação. E o Cursos de Formação Inicial e Continuada de Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino que tem como foco mulheres que já desenvolvem produtos, visando agregar valor a estes e, consequentemente, ampliar a renda da mulher e de sua família;
- b) Ciclo de palestras e oficinas que visa a promoção de oficinas e palestras para complementação da formação do Curso de Formação Inicial e Continuada escolhido pelo Campus;
- c) Feira de Economia Solidária que é uma oportunidade de divulgação do programa, das ações desenvolvidas pelo Campus e dos trabalhos realizados pelas alunas;
- d) Acompanhamento de Egressas que é um projeto que consiste na coleta de informações, por parte dos Campus, a fim de apoiar a construção de dados estatísticos sobre avaliação do programa, monitoramento e acompanhamento das egressas no mundo do trabalho.

O Programa IFSC+ATIVO tem por objetivo oportunizar a prática de atividades físicas para a comunidade, tendo em vista que o aumento de doenças na população brasileira e mundial esta associada ao estilo de vida moderno, que caracteriza-se pelo sedentarismo, uso de drogas e uma alimentação inadequada. Ainda nos deparamos com fenômenos sociais da atualidade, como a violência, que passa pelas dificuldades de socialização e lazer e à redução de oportunidades de estudo e trabalho, acentuando-se os riscos de adoecimento e morte prematura. A mudança desse quadro exige a adoção de um estilo de vida saudável, e por esse motivo as ações de promoção da saúde possuem como um dos focos prioritários a atividade física. Diante disso e reconhecendo o importante papel que o IFSC possui no Estado, este

Programa busca contribuir para a adoção do estilo de vida saudável da população catarinense incentivando que a comunidade, tanto interna quanto externa, venha aos diversos campus do IFSC, distribuídos em todas as regiões do estado, praticar atividades físicas. Aborda a transversalidade de políticas sociais públicas para a infância e adolescência e as diretrizes das políticas nacionais de saúde e esporte no sentido de promover a inclusão educacional, econômica, social e cultural, consolidando a cidadania, a formação ampla e o desenvolvimento sustentável. Visa efetivar suas ações por meio de projetos de extensão, que busquem valorizar a cultura do movimento corporal como ferramenta educacional e de acesso as suas diversas manifestações, fortalecendo os aspectos de sustentabilidade vinculados a extensão no IFSC.

Além dos Programas citados, os servidores e alunos do IFSC tiveram projetos aprovados com apoio e financiamento externo, como o do Programa de Extensão Universitária (ProExt), do Ministério da Educação (MEC) e editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os do ProExt tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas e abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. Os do CNPq tem por objetivo apoiar profissionais e especialistas visando ao desenvolvimento de atividades de extensão inovadora ou transferência de tecnologia, compreendendo ações voltadas para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores e a disseminação de conhecimento, cuja relevância possa contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento econômico do país.

No Quadro 2, são apresentados os projetos registrados do IFSC, durante o ano de 2015, para cada um dos projetos anteriormente citados, assim como número de servidores, alunos e comunidade externa envolvida.

Quadro 2 Projetos registrados no IFSC durante o ano de 2015

Programa 2015	APROEX	Mulheres Sim	IFSC+Ativo	Externo (ProExt e CNPq)
Projetos registrados	164	36	12	26
Servidores	437	62	19	41
Alunos	212	54	19	18
Comunidade externa	262,7 mil	2.955	325	2.380

Fonte: Elaborado pela Diretoria de Extensão do IFSC, com base no Relatório de Atividades de Extensão (IFSC, 2015).

O quadro acima apresenta um levantamento específico do ano de 2015, elaborado com base nos relatórios de gestão, e pode-se verificar que o programa que envolve o maior número de servidores, alunos e comunidade externa é o APROEX, que oferece bolsas de financiamento com recursos internos. Ao todo, os programas movimentaram a participação de cerca de 20% dos servidores do IFSC e a expressiva participação de mais de 260 mil pessoas da comunidade. Isso porque os projetos são executados de diversas formas, por meio de palestras, cursos, oficinas, feiras dentre outras. Percebe-se que a participação dos alunos ainda é pequena. Os relatórios de gestão de 2012 a 2014 não possuem dados consolidados para esta mesma análise.

4.2 AÇÕES DE EXTENSÃO DA UDESC

Na UDESC, a Coordenadoria de Extensão da Pró Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade é responsável pela formulação das diretrizes para o encaminhamento dos programas e projetos de extensão, pela promoção de eventos para a divulgação destas ações e pela interface direta com as direções de extensão dos Centros de Ensino da UDESC (UDESC,2014).

Em linhas gerais, a UDESC entende que suas atividades de extensão são caracterizadas pela investigação, diagnóstico e intervenção junto à comunidade, fundamentadas em valores éticos, contribuindo, desse modo, para a expansão da vivência cidadã (UDESC, 2011). Conforme definido na Política de Extensão da UDESC, são consideradas ações de extensão os programas, os projetos, os cursos e eventos, a prestação de serviços, e as produções e publicações (UDESC, 2011).

As ações de extensão da UDESC são gerenciadas por meio do Edital PAEX (que prevê a distribuição de bolsas de extensão e recursos, mediante critérios de ranqueamento das ações de extensão cadastradas) e do Edital a Qualquer Tempo, que não prevê recursos financeiros e que permite o acesso de professores extensionistas que estão chegando na instituição, possibilitando sua participação direta nas ações de extensão e criação de projetos ao longo do ano, para suprir demandas pontuais da sociedade catarinense.

No Quadro 3, são apresentados os quantitativos das ações de extensão (programas, ações vinculadas e ações isoladas), por edital e por área temática e os recursos investidos entre 2012 e 2015:

Quadro 3 Ações de Extensão da UDESC, por edital, área temática e recursos investidos entre 2012 a 2015

Área Temática	2012		2013		2014		2015	
	Edital PAEX	Edital a Qualquer Tempo	Edital PAEX	Edital a Qualquer Tempo	Edital PAEX	Edital a Qualquer Tempo	Edital PAEX	Edital a Qualquer Tempo
Saúde	144	18	147	8	147	8	137	22
Educação	162	32	152	33	169	28	81	33
Trabalho	20	5	9	8	11	8	8	6
Cultura	124	8	63	11	59	11	41	14
Meio Ambiente	52	2	30	1	35	1	27	6
Tecnologia e Produção	80	7	64	24	51	24	25	22
Comunicação	17	5	23	7	17	7	8	8
Direitos Humanos e Justiça	8	3	9	2	10	6	4	3
Total das Ações de Extensão	607	80	497	94	499	93	331	114
Recursos Investidos (R\$)	799.783,95		- 800.317,88		- 922.540,75		- 1.006.163,24	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão 2012 a 2015 (UDESC, 2012 a 2015).

Com relação ao Edital PAEX, o Quadro 3 permite observar que, embora tem ocorrido aumento dos recursos investidos (25,80% no período analisado), houve redução significativa dos quantitativos de ações de extensão realizadas por ano, em relação ao ano inicial da série analisada. No mesmo período, o Edital a Qualquer Tempo, que não envolve recursos financeiros, teve variação positiva de 42,5% no quantitativo de ações.

Não foi possível acompanhar a evolução com relação ao público envolvido, bem como da equipe de execução das ações de extensão, pois a partir de 2013 a UDESC modificou a forma de apresentação dos dados em seu relatório de gestão. Estas informações não foram encontradas em outros relatórios disponíveis na página da internet da instituição.

O Gráfico 1 evidencia a composição das ações de extensão da UDESC, por área temática entre 2012 e 2015. Para melhor visualização, o quantitativo de ações das áreas Trabalho, Comunicação e Direitos Humanos foram agrupados, por serem os menos expressivos.

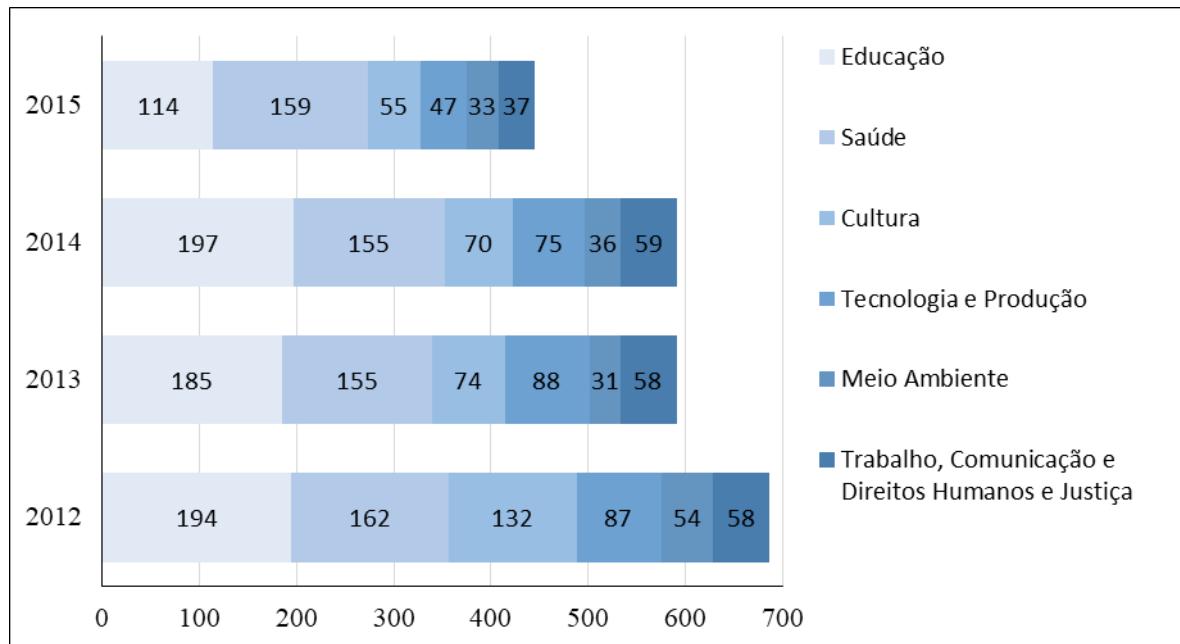


Gráfico 1 Composição das Ações de Extensão da UDESC por área temática entre 2012 a 2015

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão 2012 a 2015 (UDESC, 2012 a 2015).

Conforme demonstrado no Gráfico 1, em todo período analisado, o quantitativo de ações mais expressivos foram nas áreas temáticas Educação, Saúde e Cultura, sendo que em 2012 a UDESC registrou o maior quantitativo de ações de extensão realizadas. Entre 2012 e 2015 foram realizadas 2.315 ações de extensão por meio dos Editais PAEX e a Qualquer Tempo.

A UDESC também tem participado e captado recursos por meio de editais do Programa de Extensão Universitária (ProExt), organizado pelo Governo Federal por meio do Ministério de Educação (MEC), que tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas, abrangendo a extensão universitária com ênfase na inclusão social. No período analisado, a UDESC recebeu créditos no valor de R\$ 1.707.188,61 (oriundos dos Editais ProExt 2011 e 2013), e aguarda o repasse de R\$ 1.574.644,87, captados por meio do Edital ProExt 2015.

A partir dos anos 70 a UDESC passou a integrar as ações em nível nacional do Projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa, que consiste num projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e que ampliem o

bem-estar da população. A partir de 2005, passou a focar suas ações em Santa Catarina e desde 2010 vem atuando por meio do Núcleo Extensionista Rondon (NER/UDESC).

A atuação da UDESC no Projeto Rondon ocorre em parceria com outras instituições de ensino, incluindo o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e no período de 2012 a 2015 foram realizadas 7 operações, com a participação de 1.483 rondonistas, totalizando 4.827 ações realizadas e 139.532 pessoas contempladas (UDESC, 2015).

5 CONCLUSÕES

As IES vão muito além de estabelecimentos que oferecem cursos de graduação. Elas são organizações complexas e grandiosas, que nascem da sociedade e devem produzir e aprender com e para essa sociedade, de forma indissociável na pesquisa, ensino e extensão. Nos últimos anos têm enfrentado grandes dificuldades, com o aumento das crises instauradas dentro das instituições e também pela falta de financiamento, prejudicando sua manutenção e investimentos. Assim, a gestão universitária passa a ter um papel primordial para a prosperidade da educação superior, pois os desafios dos gestores são enormes, principalmente no que diz respeito à tomada de decisões, sendo necessário conhecer o ambiente interno e externo no qual as instituições estão inseridas, transpondo os muros para visualizar os anseios da sociedade, orquestrando interesses coletivos com as pretensões institucionais.

Uma das maneiras de responder aos anseios da sociedade é por meio da extensão universitária, que é um canal de relacionamento e troca de experiências entre as IES e a sociedade, propiciando benefícios para ambas as partes. Mediante a implantação dos projetos de extensão, as IES, na sua interação com a comunidade, participam e vivenciam seus problemas mais contundentes, buscando a superação das contradições da realidade sócio-política e econômica. O trabalho extensionista tem como foco o fortalecimento dos setores menos privilegiados, buscando o progresso da sociedade como um todo, estimulando o corpo técnico, discente, docente e os gestores a demonstrar seu verdadeiro compromisso social. Ao reafirmar o compromisso social das IES, como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a instituição, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

Verificando os dados coletados do IFSC e UDESC, pode-se observar que a extensão faz parte da identidade e da política institucional estabelecida nas instituições pesquisadas,

sendo possível verificar que há engajamento das duas instituições quanto às ações realizadas. O IFSC vem aprimorando seus mecanismos de gestão com o objetivo de atender a demanda por atividades de extensão com a qualidade e a rapidez que a sociedade demanda. Para isso, vem fomentando a realização de atividades extensionistas por meio de financiamento com recursos próprios e de apoio na busca de recursos externos, da realização de cursos para elaboração e avaliação de projetos de extensão, do estabelecimento de parcerias, entre outros. A UDESC também vem realizando suas ações de extensão por meio de editais internos, sendo possível verificar o aumento dos recursos próprios investidos no Edital PAEX, e a expressividade das ações nas áreas temáticas Educação, Saúde e Cultura. A captação de recursos por meio de editais externos, como o ProExt, viabiliza a manutenção e a continuidade das ações de extensão. O Projeto Rondon, realizadas em parceria com outras instituições de ensino, aproximam os alunos e demais membros da comunidade acadêmica da realidade social, principalmente no que se refere às carências que afetam a população.

A pesquisa apresentou algumas limitações quanto à coleta e consolidação dos dados. No IFSC, as informações ainda não são disponibilizadas por área temática e os dados mais detalhados foram apresentados somente para o ano de 2015. Na UDESC, observou-se mudança quanto à forma de apresentação dos dados, sendo que a partir de 2013 os relatórios não apresentaram totais de público envolvido nas ações de extensão. Desta forma, em ambos os casos não foi possível acompanhar a evolução das ações de extensão com relação ao público envolvido, bem como da equipe de execução das mesmas (docentes, técnicos universitários/administrativos, alunos e voluntários). Entende-se que é importante o acompanhamento e disponibilização destes dados, inclusive de forma consolidada, como base para a formulação e direcionamento de políticas institucionais mais efetivas.

Cabe destacar que, além dos investimentos realizados com recursos próprios das instituições e da captação de recursos externos destinados à extensão, a continuidade, a ampliação e a efetividade das ações depende do engajamento e do comprometimento dos envolvidos em atividades desta natureza. É uma cultura que precisa ser fortalecida, por meio do estímulo e da divulgação do que já acontece nas IES e das oportunidades existentes. É preciso conhecer para então dedicar-se à extensão, por isso a importância da integração dos campi entre si e com a Reitoria, com entidades de cunho social, com outras instituições, e com a sociedade civil. É neste contexto, que a extensão poderá atender suas finalidades enquanto elo transformador entre a universidade e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos.** Brasília: Editora UnB, 2007.

ALMEIDA, Luana Costa. **PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação.** Cedes, Campinas, v. 1, n. 1, p.1-1, 17 abr. 2013.

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti; REIS, Amanda Lima. **A responsabilidade social de instituições de ensino superior: uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento.** Gestão & Conhecimento. João Pessoa, p.14-37, 17 nov. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 12. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Universidade: compromisso social e participação em Projetos Sociais.** Desigualdade e Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 9, p.111-123, 9 ago. 2011. Disponível em: <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo9.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Plano de desenvolvimento institucional do IFSC: PDI 2015-2019.** Florianópolis: IFSC, 2014. Disponível em: <http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_completo_v3.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Relatório de atividades de Extensão 2012.** Florianópolis: IFSC, 2012. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/extensao/revista_extensao.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Relatório de atividades de Extensão 2013.** Florianópolis: IFSC, 2013. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/rel_atividades_v2a_com_capa.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Relatório de atividades de Extensão 2014-2015.** Florianópolis: IFSC, 2015. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/RELATORIO_ATIVIDADES_EXTENSAO_2014_2015.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

INEP. **Educação Superior em Debate:** Universidade e Compromisso Social. 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

KERR, Clark. **Os Usos da Universidade: Universidade em Questão.** 15 ed. Brasília: Editora UnB, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, Luiz Carlos de; AVERSA, Marcelo Bertini. Programa dos municípios de Londrina/PR. **Parceiros Voluntários**, Londrina, v. 1, n. 1, p.1-1, 16 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MEC - Ministério da Educação. **ProExt** - Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PAULA, Maria de Fátima de. **A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo.** Revista da Avaliação da Educação Superior, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 53-67, dez. 2003.

RENEX – REDE NACIONAL DE EXTENSÃO. **Política Nacional de Extensão - Áreas Temáticas.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3>. Acesso em: 27 jul. 2016.

SANTA CATARINA. **Lei n.º 8.092**, de 1º de outubro de 1990. Transforma a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e dá outras providências. Disponível em: <http://carapicu.alesc.sc.gov.br/ALESC/DOCS/1990/8092_1990_Lei.doc>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Decreto n.º 2.802**, de 20 de maio de 1965. Dispõe sobre a Fundação Educacional de Santa Catarina, outorga-lhe o encargo de constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Faculdade de Agronomia de Lages, a Faculdade de Veterinária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/1005/decreto_estadual_2.802_1965.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de. **O que se entende por administração universitária no Brasil?** In: XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS, 2013, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, INPEAU, 2013.

SOUSA, Ana Luisa Lima. **Compromisso social ou solidariedade?** ADUSP, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-6, 14 jul. 1998. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/14/r14a04.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. **Plano 20: planejamento estratégico 2010-2030.** Florianópolis: UDESC, 2010. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/429/vers_o_ioesc_final_corrigida.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Relatório de Gestão 2012.** Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/rg_2012.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Relatório de Gestão 2012.** Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/429/vers_o_ioesc_final_corrigida.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Prestando Contas:** Relatório de Gestão 2013. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/relatorio_de_gestao_2013_2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Relatório de Gestão 2014.** Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/relatorio_de_gestao_2014.final.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Relatório de Gestão 2015.** Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/430/rg_2015_final.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Resolução Nº 007/2011 - CONSUNI.** Dispõe e dá outras providências sobre a Política de Extensão da UDESC. Disponível em: <<http://www.secon.udesc.br/consuni/resol/2011/007-2011-cni.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Udesc completa 51 anos de fundação com legado de qualidade no ensino superior público.** Disponível em: <<http://www.udesc.br/?idNoticia=15349>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Programa de Bolsas de Extensão - 2015.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prorext-siteantigo/beneficios/programa-de-bolsas/programa-de-bolsas-2015-livreto>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Roberto Fonseca. **A iniciativa privada no contexto social: exercício de Cidadania e Responsabilidade Social.** RP em Revista, Salvador, v. 22, p.1-17, 03 maio 2007. Disponível em: <http://www.rpbahia.com.br/revista/a_iniciativa_privada_no_contexto_social3.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2016.